



## **CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA**

### **ESTADO DO PARANÁ**

Parecer nº 48/2024

Interessado: Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas

Assunto: Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025

Ementa: Direito Constitucional. Direito Financeiro. Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2025. Matéria de assunto local. Iniciativa privativa. Observância. Análise do mérito pela Comissão técnica pertinente.

### **I. RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei, encaminhado pelo Executivo Municipal a esta Casa Legislativa por meio do Ofício nº 279/2024 - GAB, na data de 01.10.2024, o qual dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025, estimando receita e fixando despesa do Município de Tamarana.

Referido projeto foi devidamente autuado e registrado sob o nº 013/2024, sendo apresentado em 21.10.2024, na 34ª sessão ordinária, encaminhando-se à Comissão de Justiça, Finanças, Legislação e Tomada de Contas para exarar parecer e oferecer emendas na data de 23.10.2024.

Em 30.10.2024, a Câmara Municipal de Tamarana recebeu a Recomendação Administrativa nº 001/2024-GPGMPC, do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, para cumprimento e observação de normas constitucionais e infraconstitucionais e regulamentares aplicáveis ao regime de precatórios, oportunidade em que se encaminhou referido projeto para análise e emissão de parecer por esta Procuradoria.

É o breve relatório. Passa-se a opinar.

### **II. FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, no que toca aos aspectos formais da proposição, anota-se que a matéria encontra-se amparada no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, e no artigo 8º, inciso I, alínea 'a', da Lei Orgânica do Município por tratar-se de assunto de interesse local.



## CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

### ESTADO DO PARANÁ

Consoante o disposto no artigo 165, da Constituição Federal, e nos artigos 35, parágrafo primeiro, inciso IV, 72, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Tamarana, a iniciativa para deflagrar o processo legislativo é privativa do Chefe do Poder Executivo:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.
- (...)

Artigo 35. A iniciativa das leis complementares e ordinárias caberá a qualquer vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos.

§1º São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

- (...)
- IV- plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

Art. 72 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- (...)
- III- os orçamentos anuais".

Nota-se, de plano, que a proposta encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo está em consonância com o artigo 22, da Lei nº 4.320/64, uma vez que a mesma está dividida em mensagem, projeto de lei e tabelas explicativas.

A presente proposição orçamentária anual contém dois "orçamentos", qual sejam, orçamento fiscal e orçamento de investimentos. Logo, atendeu-se a determinação contida no artigo 72, parágrafo terceiro, da Lei Orgânica do Município de Tamarana, *in verbis*:

- § 3º A lei orçamentária anual compreenderá:
- a) o orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e;
  - b) o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha maioria de capital social com direito a voto.

Além disso, a Lei Orgânica do Município de Tamarana e a Lei Complementar nº 101/2000 prevêm a necessidade da cooperação da sociedade civil no processo de elaboração das leis orçamentárias, a fim de se assegurar transparência, de modo que se observou tal exigência diante da realização da audiência pública ocorrida no





## **CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA**

### **ESTADO DO PARANÁ**

dia 27.09.2024, na sede desta Câmara Municipal<sup>1</sup>.

No art. 72, § 10, da Lei Orgânica do Município, há a previsão quanto aos respectivos prazos para encaminhamento dos projetos de lei relacionados ao orçamento à Câmara Municipal, que assim dispõe:

§ 10 – Para efeitos de encaminhamento à Câmara dos Projetos de Plano Plurianual, de Lei de Diretrizes e Lei Orçamentária, serão observados os seguintes prazos:

I – O projeto de lei do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Prefeito subsequente, será encaminhado à Câmara Municipal de Tamarana pelo Poder Executivo até 30 (trinta) de junho do primeiro ano de cada mandato;

II – O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado à Câmara Municipal de Tamarana pelo Poder Executivo até 15 (quinze) de agosto de cada ano;

III – O Projeto de Lei Orçamentária do Município será encaminhado à Câmara Municipal de Tamarana pelo Poder Executivo até 30 (trinta) de setembro e devolvido para sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

Assim, verifica-se que referido projeto não se atentou ao seu respectivo prazo de encaminhamento, o qual deveria ter sido enviado à Câmara até o dia 30 de setembro, sendo recebido em 01.10.2024.

Não obstante, o projeto está acompanhado dos respectivos anexos, dele fazendo parte integrante. Sobre este ponto, por se tratar de matéria econômica e contábil, sua análise escapa à competência desta Procuradoria Jurídica. Entretanto, os Senhores Vereadores, caso entendam necessário, poderão consultar os setores técnicos da Edilidade, que poderão emitir avaliação técnica sobre o assunto sob a ótica da legislação em vigor, inclusive sobre os cálculos para a aferição do cumprimento dos limites constitucionais para aplicação em saúde e educação (artigos 198, §3º, e 212, da Constituição Federal). De outro vértice, incumbe à Comissão Permanente de Economia e Finanças desta Casa a competência legal da análise econômico-financeira da propositura e de seu mérito, momento em que poderão ventilar apontamentos e oferecer emendas.

Outrossim, a Recomendação Administrativa nº 001/2024-GPGMPC recomenda à Comissão de Justiça e Finanças analisar pormenorizadamente em seu parecer os valores totais dos precatórios de regime geral para com os valores constantes da Proposta de Lei Orçamentária, destacando a suficiência ou insuficiência quanto o

<sup>1</sup> <https://www.youtube.com/live/HRjLdCta51M>



## **CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA**

### **ESTADO DO PARANÁ**

seu integral cumprimento, bem como se houve a adequada previsão orçamentária para fazer frente às obrigações de pequeno valor (RPV), de sorte que cabe a orientação aos Nobres Vereadores que verifiquem no setor técnico da Casa se tais condições foram previstas.

Portanto, nota-se que referido projeto de lei, referente à fixação de receitas e despesas do Município de Tamarana para o exercício financeiro de 2025 (LOA 2024), atende às exigências legais, ressalvado quanto ao seu prazo de encaminhamento.

Assim, pugna-se pela constitucionalidade do projeto de lei em análise, o qual se encontra redigido em boa técnica legislativa e com justificativa motivada, restando aos Nobres Vereadores analisar o mérito da questão, apreciando a operação em comento com as cautelas de praxe.


Por fim, reitera-se que a presente manifestação limita-se estritamente aos aspectos jurídicos da matéria em apreço, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, contábeis, administrativos, econômicos, financeiros e a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

### **III. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o Projeto de Lei nº 013/2024 reveste-se de aparente legalidade e constitucionalidade, estando apto a ser deliberado pelas Comissões Permanentes correspondentes à matéria e pela regular tramitação.

É o parecer.

Tamarana, 12 de novembro de 2024.

  
Procuradora Jurídica  
OAB/PR 115.695